



Universidade Federal de Juiz de Fora
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Kethelen Paulinne de Souza

A RELAÇÃO PRAÇA-CEMITÉRIO EM JUIZ DE FORA:
o caso da Praça Pantaleone Arcuri

Juiz de Fora
Julho/ 2023



Universidade Federal de Juiz de Fora
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Kethelen Paulinne de Souza

A RELAÇÃO PRAÇA-CEMITÉRIO EM JUIZ DE FORA:

o caso da Praça Pantaleone Arcuri

Monografia apresentada à Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade
Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial
para conclusão da disciplina Trabalho de
Conclusão de Curso I.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Luciane Tasca

Juiz de Fora

Julho/ 2023

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

SOUZA, Kethelen Paulinne de .

A relação praça-cemitério em Juiz de Fora: : o caso da Praça Pantaleone Arcuri / Kethelen Paulinne de SOUZA. -- 2023.
52 f.

Orientadora: Luciane Tasca

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2023.

1. Cemitério . 2. Praça. 3. Espaço Público. 4. Requalificação. I. Tasca, Luciane, orient. II. Título.

Kethelen Paulinne de Souza

A RELAÇÃO PRAÇA-CEMITÉRIO EM JUIZ DE FORA:

o caso da Praça Pantaleone Arcuri

Monografia apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para conclusão da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso I.

Data da aprovação:

Juiz de Fora: ___ / ___ / _____

EXAMINADORES:

Prof. Orientador: Prof^a. Dr^a. Luciane Tasca

Juiz de Fora

Julho/ 2023

***À minha estimada tia Gislaine (in memorian) e
ao pequeno anjinho Benjamin.***

***“[...]Sê todo em cada coisa. Põe quanto és
No mínimo que fazes. [...]”***

Ricardo Reis (heterônimo de Fernando Pessoa)

RESUMO

O lidar com a morte é enigmático. Segundo o sociólogo Norbert Elias, "um problema dos vivos", configurando-se como um objeto de estudo de abordagem sensível e carregado de significados já que um único disparador é suficiente para que as pessoas passem pela experiência memorial de recordar momentos ao lado daqueles que os são queridos e, mesmo que próximos em lembranças, já não se afetem com as inquietações do mundo dos viventes. Cada ser humano reage subjetivamente a esse caráter de perda, entretanto, de modo geral, os sentimentos desabrochados pelo luto se sobressaem nesse ínterim, fazendo com que a morte e o que a concerne sejam tratados como tabu. Tendo isso em vista, abordando o Cemitério Municipal Nossa Senhora Aparecida no bairro Poço Rico, em Juiz de Fora (MG), sob a perspectiva turística e patrimonial, a pesquisa intenciona analisar e compreender as potenciais vantagens em se desenvolver um projeto de requalificação a partir da relação colaborativa entre a necrópole e a Praça Pantaleone Arcuri, situada à sua frente, na Rua Osório de Almeida. A metodologia utilizada inicialmente foi a busca por um referencial teórico que fortalecesse a proposta desse pensar conjunto, fomentando a realização de um estudo preliminar desse espaço público na segunda etapa do Trabalho de Conclusão de Curso, TCC II.

Palavras-chave: (1) Cemitério. (2) Praça. (3) Espaço Público. (4) Requalificação.

ABSTRACT:

Dealing with death is enigmatic. According to sociologist Norbert Elias, "a problem of the living" as an object of study of sensitive approach and loaded with meanings since a single trigger is enough for people to pass through the memorial experience of remembering moments next to those who are dear to them and, even if close in memories, no longer be affected by the concerns of the living world. Each human being reacts subjectively to this character of loss, however, in general, the feelings blossomed by mourning stand out in the meantime, causing death and what concerns it to be treated as taboo. With this in view, approaching the Municipal Cemetery Nossa Senhora Aparecida in the neighborhood Poço Rico, in Juiz de Fora (MG), from the perspective of tourism and heritage, the research intends to analyze and understand the potential advantages in developing a requalification project from the collaborative relationship between the necropolis and the Pantaleone Arcuri Square, located in front of it, at Rua Osório de Almeida. The methodology initially used was the search for a theoretical framework that would strengthen the proposal of this joint thinking, encouraging the realization of a preliminary study of this public space in the second stage of the Final Work, TCC II.

Keywords: (1) Cemetery. (2) Square. (3) Public Space. (4) Requalification.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Diagrama tipológico de espaços fúnebres cemiteriais

Figura 2 - Cemitérios eclesiásticos e seus componentes

Figura 3 - Tipologias cemiteriais que sucederam o modelo eclesiástico

Figura 4 - A colina Mont-Louis antes da instalação do cemitério

Figura 5 - Compilação das contribuições de Brongniart, Godde e Formigé

Figura 6 - Vista externa do pórtico de entrada do Cemitério La Recoleta

Figura 7 - Recorte da publicação constante no jornal Don Quixote do Rio de Janeiro sobre o fuzilamento

Figura 8 - Vista do Cemitério Municipal São Francisco de Paula

Figura 9 - Fotografia da Capela de Santo Antônio em fins do século XVIII

Figura 10 - Vista do Cemitério Municipal em 1915

Figura 11 - Vista da Praça da República em 1940

Figura 12 - Fotografia da vista frontal do Marco do Centenário em Juiz de Fora

Figura 13 - Fotografia da vista posterior do Marco do Centenário em Juiz de Fora

Figura 14 - Vista da Praça da República da perspectiva do Cemitério Municipal

Figura 15 - Fotografia da sepultura intitulada “túmulo da bruxa”

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 CARACTERIZAÇÃO DO TEMA E JUSTIFICATIVA	8
2 ESPAÇO PÚBLICO	9
2.1 ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS	10
2.1.1 Praças e memoriais	11
3 ARQUITETURA E SIMBOLISMO	11
3.1 CEMITÉRIOS: MANIFESTAÇÃO DA FÉ E MEMÓRIA	12
3.1.1 Histórico	12
3.1.2 Tipologias	18
3.1.3 Estudos de caso	24
3.1.3.1 Cemitério Père-Lachaise em Paris	25
3.1.3.2 Cemitério La Recoleta em Buenos Aires	28
3.1.3.3 Cemitério Municipal São Francisco de Paula em Curitiba	30
4 A RELAÇÃO PRAÇA-CEMITÉRIO EM JUIZ DE FORA: CAMINHANDO PARA UMA CONCLUSÃO	33
4.1 HISTÓRICO	34
4.2 DESAFIOS, POTENCIALIDADES E INTENÇÕES PROJETUAIS	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45

1 INTRODUÇÃO

Estimado leitor, antes de descrever quaisquer coisas a respeito do tema deste trabalho, sinto a necessidade de expor o que me motivou a fazê-lo, o que, indissociavelmente, abrange o meu modo de ser, viver e perceber as coisas ao meu redor.

Ter a oportunidade de cursar a faculdade que almejava logo após a conclusão do Ensino Médio foi uma experiência completamente intensa e que, ao tempo que se caracterizava como a realização de um projeto, demandou mudanças um tanto desconfortáveis, algumas das quais: deslocar-me da minha pacata cidade em direção à estrepitosa Juiz de Fora, adaptar-me à modalidade de estudo em período integral, lidar com desventuras pessoais das mais diversas e experimentar o novo, desconhecido e instável. No transcorrer desse tempo, fui apreciada com o apoio de pessoas de valor inenarrável e, no entanto, de forma inusitada, tive de romper o vínculo empírico e me contentar unicamente com os registros e memórias de algumas delas ...

Afinal, ainda que se saiba que o destino dos seres vivos sobre a face da Terra é a morte, não se costuma agendar o momento em que essa chega, não é?

Acredito na bíblia e o supracitado só confirma o descrito no livro de Tiago, capítulo 4, versículo 14 (parte b), “Vocês são como a neblina que aparece por um pouco de tempo e depois se dissipa”. Tal afirmação me faz refletir sobre o que nós agregamos enquanto neblina: se carregados adoecemos a quem tocamos ou se, sob medida, fazemo-nos inesquecíveis, auxiliando no desenvolvimento de outros.

Ao passar dos anos acadêmicos, convicta das palavras de incentivo proferidas por minha tia Gislaine – *in memoriam* –, caminhei arduamente até aqui e para além disso, compreendi que não se trata somente de adquirir conhecimento ou um título, mas experimentar a vida e tecer a minha história enquanto atuo como coadjuvante na daqueles que me cercam.

Posto isso, constato o quão importante é suscitar questões que transcendem o paradigmático no tocante aos espaços livres públicos que compõem o tecido urbano, assimilando os locais fúnebres como peças integrantes nessa discussão, especialmente, por se

conformarem como lugares de memória e de manifestação da fé, dignos de um olhar apurado que não os perceba de maneira equivocada como vazios.

Em meu âmago, desejo que a presente obra contribua positivamente a possíveis desdobramentos e lhe seja penetrante.

1.1 CARACTERIZAÇÃO DO TEMA E JUSTIFICATIVA

Bem se sabe que a morte é um processo natural pelo qual todos os seres vivos passarão; ainda assim no que se refere ao ser humano, tocar nesse assunto ou naquilo que concerne ao mesmo é um tabu, talvez pela recordação do finito e indomável que traz consigo, talvez porque foi ensinado dessa maneira. Seja qual for a justificativa, fato é que assumir essa postura de negação perante a morte dificulta e até mesmo inviabiliza discussões como a que se pretende nesta pesquisa.

Apesar dos corpos mortos existirem há muito tempo, ao contrário do que se imagina, os cemitérios como os que se conhecem hoje são recentes. Um outro ponto que pode parecer inadmissível na atualidade é que, até certo tempo, havia um convívio harmonioso entre vivos e mortos e a partida de um ente querido era vista como algo natural – a natureza das coisas era bem aceita.

O desejo em abordar a requalificação do espaço livre público conformado pela Praça Pantaleone Arcuri e pelo Cemitério Municipal Nossa Senhora Aparecida no Bairro Poço Rico em Juiz de Fora (MG) a partir da colaboração entre eles surgiu, primitivamente, de um querer entender as cargas intangíveis que atuavam sobre o lugar, justamente por também possuir, naquele momento, uma percepção estigmatizada dos espaços cemiteriais.

De acordo com o andamento da pesquisa, chegou-se à conclusão que, em especial, os cemitérios que se conformam como monumentais possuem valores históricos e artísticos para além de uma carga negativa. Porém, não basta fazer propostas isoladas quanto ao Cemitério, se a pretensão do trabalho é se atentar à relação entre esse e o espaço livre público da praça, que também traz consigo o ideal de um movimento na cidade através do Marco do Centenário concebido por Arthur Arcuri.

2 ESPAÇO PÚBLICO

No presente século e meados do anterior, vem se discutindo qual a definição ideal de espaço público, entretanto, é crucial ponderar nesse ínterim que é um tema debatido por múltiplas áreas do conhecimento, tais como Geografia, História, Filosofia, Antropologia, Sociologia, Urbanismo e outros, adquirindo desse modo significados diversos que variam de acordo com as especificidades de cada uma dessas áreas e podendo ter atribuídas novas significações com o decorrer dos períodos históricos.

No que concerne a registros, de acordo com Ascher¹ (1995), *“o termo de espaço público aparece pela primeira vez num documento administrativo de 1977, no quadro de um processo de intervenção pública, agrupando na mesma categoria os espaços verdes, as ruas pedonais, as praças, a valorização da paisagem urbana, o mobiliário urbano”* (apud NARCISO, 2009, p. 266). Atualmente, apesar da consciência de que os itens supracitados podem constituir esse todo denominado espaço público, entende-se que estes dizem respeito a coisas distintas e que, portanto, demandam especulações específicas.

Vale mencionar então o conceito inserido por Jordi Borja na obra *“La Ciudad Conquistada”*:

O espaço público é um conceito próprio do urbanismo que às vezes se confunde (erroneamente) com espaços verdes, equipamentos ou sistema viário, mas que também é utilizado em filosofia política como lugar de representação e de expressão coletiva da sociedade. (BORJA, 2003, p. 21, tradução nossa)

Tal asserção possibilita a inferência que, justamente por permitir essa representação e expressão coletiva, os espaços públicos podem se desempenhar como agentes de identificação, podendo os quais até mesmo se tornar símbolo de uma determinada época, sociedade ou cultura.

Sob outro ponto de vista, buscando qualificar o espaço público por meio de parâmetros, Francesco Indovina considera que:

¹ ASCHER, François. **Métapolis: ou l'avenir des villes**. Odile Jacob, 1995.

Tendo em conta que se faz referência ao espaço de uso público, podem-se considerar, pelo menos, os seguintes parâmetros: a propriedade (pública e privada); os limites de uso (ilimitado; limitado: no tempo; a determinadas categorias de cidadãos; à duração; etc.); o custo de acesso (gratuito; a pagamento); os condicionamentos ao seu uso (falar não falar; fotografar não fotografar; com animais sem animais, etc.). Cruzando estes parâmetros podemos obter uma gradação dos espaços em razão da sua “publicidade”. Assim, se associarmos à característica público a universalidade do uso, os espaços de propriedade pública, de acesso ilimitado, gratuitos, sem condicionamentos serão os espaços que melhor interpretam o conceito de espaço público. (INDOVINA, 2002, p. 120)

Em contrapartida, segundo o site gov.br, tem-se que espaços públicos:

São os espaços de uso comum, pertencentes à população, administrados pelo poder público, como ruas, calçadas, praças, jardins, parques, em que o ir e vir é livre. Também são públicos locais de uso comum, como hospitais, escolas, bibliotecas, mantidos pelo poder público, com determinadas restrições de acesso e circulação.²

Confrontando tais interpretações, pode-se conjecturar que, apesar das instituições públicas se voltarem ao atendimento de necessidades básicas da população e se designarem como sendo de uso comum, não necessariamente torna livre seu usufruto e universaliza suas funções. Para os fins deste trabalho vale, portanto, considerar as contribuições de Borja (2003) e Indovina (2002).

Posto isso, uma segunda consideração relevante é não associar espaços e lugares como sendo equivalentes, pois *“o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor”* (TUAN, 1983, p. 6). Apesar de muitas pessoas associarem esses termos como sendo sinônimos, os lugares possuem uma conotação distinta, isto é, quando se faz referência aos tais, depreende-se que possuem memórias e valores agregados, frutos de experiências e apropriações humanas.

2.1 ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS

Os espaços públicos estão presentes na sociedade há muito tempo e, na maior parte das vezes, quando se discute esse assunto, recorda-se da ágora grega, um lugar de reunião civil em

² Disponível em:

<<https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/desenvolvimento-regional/reabilitacao-de-areas-urbanas/3-o-que-sao-espacos>>. Acesso em: 12 de abril de 2023.

que os cidadãos nascidos livres tinham autonomia para debater as questões que julgavam pertinentes e manifestavam seus costumes cívicos e religiosos.

Muitos estudiosos têm se dedicado a compreender e formular diretrizes para requalificar os espaços livres públicos, tendo em vista que, com os avanços tecnológicos e outros efeitos da globalização, já não desempenham a finalidade primeira para a qual foram concebidos, resultando muitas vezes em espaços inutilizados dentro da urbe e que desencadeiam outras problemáticas.

2.1.1 Praças e memoriais

O objetivo primeiro em se constituir lugares pode não estar ligado diretamente à intenção de “fazer lembrar”, contudo, essa característica é passível de ser adquirida se há o desejo e unanimidade de que esses lugares estejam presentes na memória das gerações procedentes, seja por se configurar como a materialização do saber-fazer de um povo, por ser o local de manifestação das crenças e tradições de uma dada cultura ou mesmo por marcar um determinado acontecimento e/ou período histórico de alguma civilização. Um exemplo singular e amplamente conhecido dessa última categoria supramencionada são os campos de concentração em Auschwitz na Polônia, um marco nefasto de intolerância e antissemitismo que atualmente se conforma como Memorial do Holocausto.

Em contrapartida, algumas obras e lugares dentro das cidades já são concebidos como monumentos, isto é, com o propósito de se tornarem objetos de memória – cabendo aqui, na perspectiva do que se propõe nesse trabalho, citar alguns espaços fúnebres, como os mausoléus e cemitérios.

De tal modo, deduz-se que os memoriais são construídos ou estabelecidos com a finalidade, um tanto óbvia, de memorialização.

3 ARQUITETURA E SIMBOLISMO

A Arquitetura, assim como todas as outras artes, tem o poder de comunicar intenções e mensagens por meio de representações. As repartições institucionais de uma cidade, por exemplo, tendem a ser maiores e imponentes em relação às demais edificações, justamente para demonstrar autoridade. Essa inserção, permite dizer que as funções influenciam, sim, no

modo de se constituir um lugar, porém, talvez, mais que isso, o discurso que se busca transmitir por intermédio da concepção deste seja mais incisivo. Isso é a questão simbólica envolvida no construir: o desejo em se transmitir uma ideia, em se concretizar uma metodologia, em assinalar o início de uma nova era.

Nesta conjuntura, tem-se que os cemitérios, ainda que se conformem mais como espaço urbano que como arquitetura, são um dos equipamentos que melhor representam essa questão simbólica, condensando coisas subjetivas (fé, vivências e memórias) e coisas pragmáticas (requisições socioambientais e gestão urbana, por exemplo).

No subtópico que segue, serão elucidados alguns temas concernentes a esses espaços urbanos, tão pouco discutidos do ponto de vista projetual.

3.1 CEMITÉRIOS: MANIFESTAÇÃO DA FÉ E MEMÓRIA

3.1.1 Histórico

Ao incitar uma análise mais profunda acerca dos primeiros assentamentos humanos, conclui-se que os mortos foram pioneiros em ocupar um determinado espaço, bem como, em torná-lo significante. Como alega Mumford:

Em meio às andanças inquietas do homem paleolítico, os mortos foram os primeiros a ter uma morada permanente: uma caverna, uma cova assinalada por um monte de pedras, um túmulo coletivo. Constituíam marcos aos quais provavelmente retornavam os vivos, a intervalos, a fim de comungar com os espíritos ancestrais ou de aplacá-los. (MUMFORD, 1998, p. 13)

Partindo dessa premissa, é possível perceber uma postura de respeito perante os mortos e o lugar separado para eles, cuja finalidade como local de sepultamento é enriquecida pela manifestação de ritos e crenças dos vivos, comprovando a indissociabilidade desses lugares com o sagrado. Essa reverência diante da morte pode fundamentar a grandiosidade observada em marcos e construções tumulares de algumas civilizações antigas, como monumentos megalíticos e pirâmides egípcias.

Vale ressaltar ainda que, embora a morte seja o ponto de congruência universal entre todas as culturas, sobretudo na Antiguidade, a destinação dos cadáveres era bastante heterogênea e, para além do credo e tradições, foi influenciada pelas condições territoriais encontradas e pelos saberes-fazeres que os povos possuíam – nesse ínterim, como bem se sabe, a nação egípcia se destacou enfaticamente pelo domínio do conhecimento em conservar os corpos dos faraós através de seu embalsamamento e mumificação, preservando-os até o tempo presente. Rezende (2007, p. 13) também salienta que, “[...] *além da terra, o fogo, a água e o ar eram elementos reservados aos cadáveres.*”³

No que tange aos cemitérios, antes de quaisquer apontamentos, é crucial assinalar sua definição:

Do grego *koimetérion*, ‘dormitório’, pelo latim *coemeteriu*. S. m. Recinto onde se enterram e guardam os mortos. Sinônimos, alguns populares: necrópole, carneiro, sepulcrário, campo-santo, cidade dos pés-juntos, última morada. [...] (NOVO AURÉLIO, 2000, p. 304)

Tendo isso em vista, conforme Bayard⁴ (1993, *apud* PACHECO, 2000, p. 12), tem-se que o aparecimento dos primeiros cemitérios remontam à era intermediária entre os períodos paleolítico e neolítico (por volta de 10.000 a.C.), em que as sepulturas são agrupadas, com túmulos individuais e coletivos. O marco seguinte foi o desenvolvimento das necrópoles egípcias; em um primeiro momento, tipificadas pelo modelo primitivo de enterramento, “[...] *em simples covais abertos na terra para todas as camadas sociais*” (PACHECO, 2000, p. 15) e, mais tarde, constituídas pelo conjunto das pirâmides faraônicas e tumbas mais singelas ao redor ou próximas a elas.

O progresso das necrópoles sofreu certa interrupção nas fases republicana e imperial de Roma, durante as quais predominava o processo de incineração dos corpos.

Durante as guerras, o temor da profanação dos cadáveres através dos adversários determinou nos romanos a tática dos “corpos arrasados”, ou seja, eles queimavam os

³ Para maior aprofundamento ler REZENDE, Eduardo Coelho Morgado. **Cemitérios**. São Paulo: Editora Necrópolis, 2007.

⁴ BAYARD, Jean-Pierre. **Le sens caché des rites mortuaires: mourir est-il mourir?**. Editions Dangles, 1993.

mortos para que os inimigos não atacassem as covas, evitando assim a vingança. Esse processo era semelhante à política da terra arrasada, usada em guerras modernas, onde tudo era destruído para o inimigo não utilizar. (REZENDE, 2007, p. 13)

Com o advento do Cristianismo e sua propagação, a inumação volta a ocorrer em peso, sendo o sepultamento, inicialmente, realizado em catacumbas⁵ “[...] e, depois, fora da cidade, junto das vias de trânsito, como a Via Ápia, em cujas margens foram encontrados vestígios de enterramentos das camadas modestas da população, constituindo uma importante necrópole.” (PACHECO, 2000, p. 16).

É importante mencionar que, por questões de higiene, havia a proibição das práticas de incineração e inumação dentro das cidades por intermédio de regulamentações como as contidas nas Leis das XII Tábuas⁶. Ainda assim, o repúdio à contiguidade com os mortos foi se desfazendo a partir de uma visão difundida pela Igreja Católica em que, a proteção das sepulturas e a expiação dos pecados era mediada pela proximidade com os santos e mártires. Obviamente, aproveitou-se da ideologia de adjacência para estabelecer cobranças exorbitantes pelos pontos privilegiados, isto é, o interior das igrejas, segregando, mais uma vez, ricos e pobres (aos quais sobravam os pátios e adros). Tal hegemonia promove a criação dos denominados cemitérios eclesiásticos, tendo início na Idade Média e perdurando até fins do século XVIII. Contudo, vale destacar que, nesse período já são observadas algumas modificações em relação aos rituais funerários:

Na primeira Idade Média a morte era “domesticada”, “familiar”, ou seja, havia certa intimidade entre o morrer e o cotidiano da sociedade, a tal ponto que este ato era encarado como algo natural da vida. [...].

Os defuntos eram enterrados somente com os sudários (sem caixão) em grandes valas, nas quais eram depositados vários cadáveres, nesta época não se tinha a necessidade de um túmulo próprio para o morto, o qual seria sua propriedade perpétua. [...].

⁵ As catacumbas consistem em uma infinidade de túneis subterrâneos, verdadeiros labirintos quilométricos, onde foram escavadas várias fileiras de nichos retangulares. Os cadáveres eram envoltos em um lençol e colocados nos nichos que mais tarde eram fechados com lápides de mármore ou argila onde gravavam o nome do falecido e um símbolo cristão. Disponível em:

<<https://www.rome-museum.com/br/catacumbas-de-roma.php#:~:text=As%20catacumbas%20de%20Roma%20s%C3%A3o,os%20primeiros%20cris%C3%A3os%20de%20Roma>>. Acesso em: 18 de maio de 2023.

⁶ MEIRA, Sílvio A. B. A Lei das XII Tábuas. In: _____. (org.). **A Lei das XII Tábuas: Fonte do Direito Público e Privado**. 3ª. ed.. Rio de Janeiro: Forense, 1972. p. 166-176. Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2774301/mod_resource/content/1/Lei%20das%20XII%20T%C3%A1buas.pdf>. Acesso em: 22 de maio de 2023.

Já na segunda Idade Média ocorreram mudanças significativas nas representações da morte no Ocidente. A partir do século XII, ao invés da certeza passa a reinar a incerteza, uma vez que agora cabia à Igreja intermediar o acesso da alma ao paraíso e o julgamento final deixava de ser visto como evento que ocorreria nos Tempos Finais e passa a ser visto como um evento que aconteceria imediatamente após a morte e resultaria na descida ao inferno (no sofrimento eterno) ou a ascensão aos céus (na alegria eterna) e isso dependeria da conduta do moribundo antes da morte. [...]. O corpo do morto antes tão familiar passa a se tornar insuportável e assim, durante séculos o mesmo vai ser ocultado numa caixa sob um monumento, onde não é mais visível. (CAPUTO, 2008, p. 75-77)⁷

O cenário de domínio religioso sobre a morte passa a ser questionado tempos depois por consequência do processo de laicização, fazendo com que o vínculo existente entre instituições eclesiásticas e sepultamentos se enfraquecesse até seu completo rompimento – ao menos, em termos de espacialidade. Para além disso, as alegações médicas de que esse convívio habitual com os cadáveres prejudicava a saúde dos vivos fomentaram a interdição dessa prática de enterramento mediante ordens jurídicas. A base argumentativa de tal discurso era a teoria dos miasmas, em que a contaminação por doenças se justificava pela aspiração do ar pestífero resultante da matéria orgânica em deterioração que produzia vapores infecciosos. A França foi pioneira em instaurar diretivas para prevenir esse contágio:

[...] em 1765, o Parlamento de Paris emitiu um decreto que ordenou a transferência das novas sepulturas para fora da cidade. Em 1776, uma declaração Real a respeito das inumações interditou definitivamente as sepulturas nas igrejas e nas cidades. Poucos anos depois, veio a ordem para o desmonte do Cemitério dos Inocentes, o maior de Paris, ocorrido entre 1785 a 1787. Episódio marcante na história de Paris, em dois anos foram retirados mais de 20.000 corpos do local, pertencentes a moradores da cidade ao longo dos nove séculos anteriores, e transportados para as chamadas catacumbas de Paris. Finalmente, o decreto de 23 Prairial, de 1804 estabeleceu a proibição do enterro nas Igrejas, obrigando as cidades a construírem cemitérios fora das suas regiões urbanizadas. (FUCHS, 2019, p. 45)

Daí nascem os primeiros cemitérios tradicionais, mais tarde chamados oitocentistas, os quais caracterizados pela distância do núcleo populacional medieval e ordenados com a finalidade de atender aos novos padrões vigentes, isto é, ao higienismo, à percepção moralista

⁷ A fase denominada primeira Idade Média, também chamada de alta Idade Média, principia-se no século V e se encerra por volta do século XII. A segunda Idade Média ou baixa Idade Média compreende o período que vai do século XII ao XV.

da morte em detrimento da visão religiosa e ao reconhecimento da singularidade do indivíduo⁸. O afastamento espacial dos locais cotidianos preestabelece também o distanciamento no contato dos vivos com seus finados entes queridos, fazendo com que os quais, movidos pela preocupação em demarcar onde se deu o enterramento, reivindicuem a outorga de tal porção territorial, preservando a memória do falecido ao tempo que definem um local de visitação bem delimitado. Quanto à materialidade nesse modelo cemiterial, observam-se marcos e monumentos fúnebres que expressam a simbólica da morte e facilitam a identificação do túmulo e a quem ele pertence; já no campo da intangibilidade, nota-se a consolidação de uma memória coletiva, evocada a partir da concentração dos restos mortais de uma dada família em um único lugar.

No tocante ao caso brasileiro, esse processo acontece tardiamente por dois motivos: a influência de Portugal e, conseqüentemente, de suas práticas funerárias sobre o Brasil Colônia e o crescimento moroso de núcleos urbanos acompanhado da inaptidão governamental em questões de salubridade. De tal modo, o aparecimento de cemitérios monumentais, tais como o Cemitério da Consolação em São Paulo (SP) e o Cemitério de São João Batista no Rio de Janeiro (RJ), tem maior ênfase a partir de meados do século XIX.

Um outro modelo baseado nessas concepções de distanciamento do centro urbano surge nesse período nos Estados Unidos; “[...] estes locais tinham seus princípios ligados ao desenvolvimento industrial e à veneração da horticultura” (FUCHS, 2019, p. 54), portanto, adquiriram as feições de um parque mais que de um cemitério e, diferentemente do quadro inicial de inaceitação em Père-Lachaise, promoveram um grande número de visitação. Nacionalmente foram denominados *rural cemetery*, porém, em sua pesquisa, Fuchs (*ibid.*) aconselha que não se faça uma tradução literal, preferindo a expressão cemitério campestre para qualificar tais lugares. “Eles foram os primeiros grandes espaços planejados paisagisticamente e com grande presença de vegetação que estavam abertos a visitas públicas, ou seja, ao alcance de toda população.” (idem, p. 56).

Vale dizer que, apesar do atributo da vegetação utilizada em grande escala, os monumentos fúnebres também compõem esses espaços. Dessa maneira, ainda que possuísse

⁸ As valas comuns e fossas coletivas utilizadas anteriormente são substituídas pelo enterramento individual.

muitos apreciadores, os cemitérios campestres foram vistos por determinadas pessoas como lugares exageradamente adornados e que, por tantos componentes, exigiam um custo elevado de manutenção. Tal cenário propicia a criação dos cemitérios gramados (*lawns cemeteries*), com aparência mais singela e locais de sepultamento menores e padronizados, os quais se alastram rapidamente pelo país e acabam se tornando um símbolo da sociedade estadunidense.

Além desses, é relevante mencionar os cemitérios da Era Vitoriana, inspirados na fama já consolidada do Père-Lachaise e impulsionados pelo vertiginoso crescimento da população. Tais espaços cemiteriais foram engrandecidos pelo trabalho do botânico, arquiteto e paisagista John Claudius Loudon, “*fundando o que James Stevens Curl (2008) chamou de movimento de cemitérios-jardim.*” (idem, p. 59).⁹

“Loudon tinha uma visão bastante pragmática, preocupado inclusive com o futuro desses lugares. [...] Ele defendia que, à medida que fossem ficando saturados e cessassem os enterros, os cemitérios deveriam ser transformados em passeios públicos ou jardins. Assim, percebe-se que Loudon pensava os cemitérios como espaços que funcionam para além da colocação dos mortos, mas como lugar a ser usufruído também pelos vivos. Apesar de não ter projetado muitos cemitérios, seus escritos foram fundamentais para a configuração dos cemitérios vitorianos. Em relação à influência desses espaços em outros lugares, destaca-se o seu legado principalmente em relação ao uso de espécies de vegetação como as coníferas e as folhas perenes, que até hoje são associadas aos espaços de cemitério.” (FUCHS, 2019, p. 60)

Os demais modelos cemiteriais se desenvolvem a partir de reformulações desses. Algumas outras categorias de cemitério serão apontadas no tópico seguinte, no entanto, não chega a se discutir nesse trabalho casos muito específicos e que necessitam de uma especulação mais profunda por não se configurar como um lugar facilmente visitável ou mesmo tocável, como por exemplo os cemitérios submarinos e os cemitérios virtuais.

⁹ CURL, James Stevens. **John Claudius Loudon (1783-1843) and the Cemetery Movement**. Southampton: Friends of Southampton Old Cemetery, 2008.

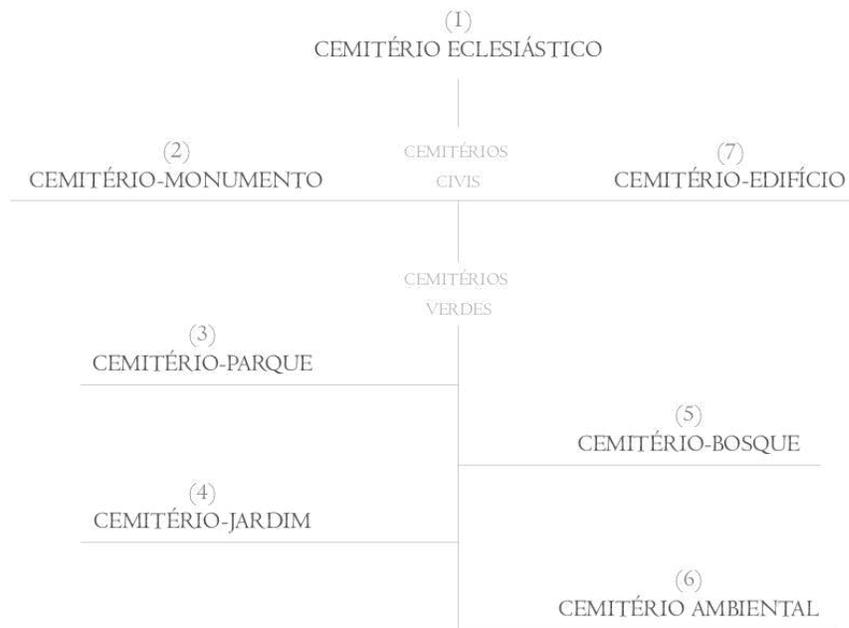
3.1.2 Tipologias

De modo geral, pode-se inferir que definir uma tipologia significa estabelecer grupos por meio da identificação de elementos e atributos que determinados espaços ou coisas apresentam e os tornam comuns entre si.

No que concerne à categorização dos cemitérios em grupos tipológicos, vale mencionar, em um primeiro momento, a contribuição de Rezende (2007) que, baseando-se em dois princípios fundamentais – o da concessão privada e o de classes sociais e religião – propõe uma classificação que abrange discussões sociológicas a partir de aspectos de composição desses espaços fúnebres e sua paisagem. Apesar de não ser o tópico central deste trabalho e ser um tanto distante dos dias atuais, especialmente quanto à concessão de jazigos em cemitérios públicos no Brasil, sua obra é relevante em perceber como as relações de desigualdade social se perpetuam mesmo nos espaços de morte, e ainda por evidenciar como as crenças – às vezes, mais dos vivos que dos mortos – se manifestam nesses lugares através da organização espacial, epitáfios, rituais e arte funerários, como por exemplo, o caso judaico em que, *“no que tange à disposição interna, a principal diferença com relação a outros cemitérios é o sepultamento de suicidas e prostitutas junto ao muro do cemitério.”* (REZENDE, 2007, p. 37).

Mais recentemente, o pesquisador Felipe Fuchs vem desbravando o tema de espaços fúnebres cemiteriais do ponto de vista da Arquitetura e Urbanismo. Não obstante, no que diz respeito à presente seção, seu trabalho publicado na Revista Paisagem e Ambiente se torna crucial, sobretudo, por ser fruto de extenso e intensivo estudo e pela abrangência global de sua categorização, facilitando a compreensão dos valores que os cemitérios agregam, suas potencialidades e as possíveis estratégias para se apropriar desses a partir das características identificadas. O conjunto de tipologias elaborado por Fuchs (2021) é retratado no diagrama abaixo (Figura 01):

Figura 01: Diagrama tipológico de espaços fúnebres cemiteriais.



Fonte: simplificado pela autora com base no diagrama elaborado por Fuchs (2021)

Os denominados cemitérios eclesiásticos (Figura 02) surgem no contexto medieval e têm dada influência do cristianismo com a morte de seus mártires, isto é, a morte passa a ser sacralizada na sociedade ocidental com a ideia do alcance da redenção eterna por meio da proximidade com o sagrado, representado pela Igreja. Irrefutavelmente, os mais abastados também eram beneficiados nessa ocasião, por isso, Fuchs (2021, p. 7) conforma um conjunto de quatro subcategorias dentro dessa mesma tipologia, as quais: (1) vala comum, (2) Igreja-cemitério, (3) cemitério de claustro ou Campo Santo e (4) cemitério de adro.

Figura 02: Cemitérios eclesiásticos e seus componentes.



Fonte: organizado pela autora¹⁰

Os cemitérios-monumento (imagem 1, Figura 03) se caracterizam essencialmente por suas construções e componentes fúnebres e podem receber outras designações como [cemitérios] tradicionais, urbanos, oitocentistas, monumentais, minerais¹¹ ou museu. O uso de vegetação e elementos naturais passam a ser empregados, entretanto, de modo incipiente. Vale destacar que, nesse período, o morrer obtém uma nova perspectiva cujos disparadores são o

¹⁰ Imagem 1: Cemitério e Igreja dos Inocentes em 1550 (composição retrospectiva). Fonte: Disponível em: <<https://www.parismuseescollections.paris.fr/fr/musee-carnavalet/oeuvres/le-cimetiere-et-eglise-des-innocents-en-1550-composition-retrospective#infos-principales>>. Acesso em: 12 de junho de 2023.

Imagem 2: Sarcófago de chumbo encontrado na Catedral de Notre-Dame em Paris. Fonte: Disponível em: <<https://www.smithsonianmag.com/smart-news/notre-dame-repair-crews-discover-an-ancient-graveyard-with-a-sealed-sarcophagus-180979809/>>. Acesso em: 12 de junho de 2023.

Imagem 3: Túmulo de William Shakespeare no interior da Holy Trinity Church na Inglaterra. Fonte: Disponível em: <<http://edwardburman.com/photoblog/2016/4/23/william-shakespeare-died-23-april-1616>>. Acesso em: 12 de junho de 2023.

Imagem 4: Ruínas da Catedral de St. Andrews e do cemitério contíguo a ela. Fonte: Disponível em: <<https://flickr.com/photos/neilsingapore/4859997529/in/photolist-8psKWR-a3Ctqo-Tfn9LE-2dNMK9V-7kcMEj-84Btoa-oj5ADq-SsZcfd-xvpgiT-d6PQcs-22tA7h2-2bkpA1n-2bkpAgT-V1m1o7-ed5iky-2dNMKe4-TrnjqD-dyZPDW-8zDDma-nazxxY-2ivPLdc-pfN5oz-2f7YUVs-EbP932-8zGMxf-nfycaA-fsqWBR-SYJPs8-U1JwGT-fsrgnD-NX5S7z-bfPBT6-NX5RAz-2f7YTBf-84DDPE-8zDDfH-Rri5TP-Rri5aK-fsGvdq-22tA5XP-hM9htR-8w2QfL-84EwmY-dyZQ81-dJn8T7-aaFgKa-2f7YTqd-T4sSAE-24A8hZi-2fcDPJ2/>>. Acesso em: 12 de junho de 2023.

¹¹ Essa designação parte do fato que, muitas das vezes, a matéria-prima utilizada pelos escultores nos monumentos tumulares eram rochas minerais.

processo de secularização e a reprodução de ideais higienistas, inaugurando-se a prática de escamoteamento da morte com o rompimento do convívio habitual existente entre vivos e mortos. Um outro argumento significativo em relação ao cemitério-monumento é o seguinte:

Em latim, o verbo *monere*, raiz etimológica de monumento, significa fazer recordar (LE GOFF, 1990). Assim, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado e perpetuar a recordação. O historiador Fernando Catroga (2010) pontua que esse tipo de cemitério apresenta um caráter monumental manifestado por meio da expressão simbólica de seus marcos fúnebres que o levam a assumir a função de lugar de produção e reprodução da memória. Todo cemitério tem um caráter monumental, no entanto, esse cemitério tem nessa forma de expressão a sua principal marca, ocupando assim um lugar de destaque no imaginário icônico fúnebre. Essa característica é o que faz com que esse tipo de cemitério seja o que mais se aproxima do conceito de *memento mori*, expressão romana que remete à noção de finitude como o destino inalienável de todos os seres vivos. (FUCHS, 2021, p. 9)¹²

Partindo desse pressuposto, depreende-se que o caráter memorial é inerente a todos os tipos de cemitério, porém, no tocante a esse gênero, justamente por reforçar a temática da morte e concretizar o sentimento do luto através da arte e monumentos representativos, configuram-se por excelência museus a céu aberto, potentes promotores de educação patrimonial e, para além disso, um lugar de contemplação e reflexão, entendendo que a morte faz parte do ciclo de vida e não deve ser um tabu.

No que se refere a cemitérios-parque (imagem 2, Figura 03), tem-se que são espaços fúnebres de proporção considerável, notadamente vegetados e que, de alguma maneira, promovem a permanência e o convívio em sua extensão. Cabe mencionar que, no caso da existência de construções fúnebres, estas costumam ser menos suntuosas que na tipologia anterior. Segundo Fuchs, a concepção de cemitérios-parque se tornou um marco pela busca de ‘espaços respiráveis’ dentro dos centros urbanos em contraposição ao ambiente fabril oriundo da Revolução Industrial. Um exemplo mencionado pelo autor é o Mount Auburn Cemetery, nos Estados Unidos.

¹² No original o autor esclarece em nota de rodapé que *memento mori* pode equivaler a algo como “lembre-se da morte” ou “lembre-se de que você vai morrer”.

FUCHS, Felipe. Sobre a tipologia de espaços fúnebres cemiteriais. **Paisagem e Ambiente**, [S. l.], v. 32, n. 48, p. e183969, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/183969>. Acesso em: 28 de abril de 2023.

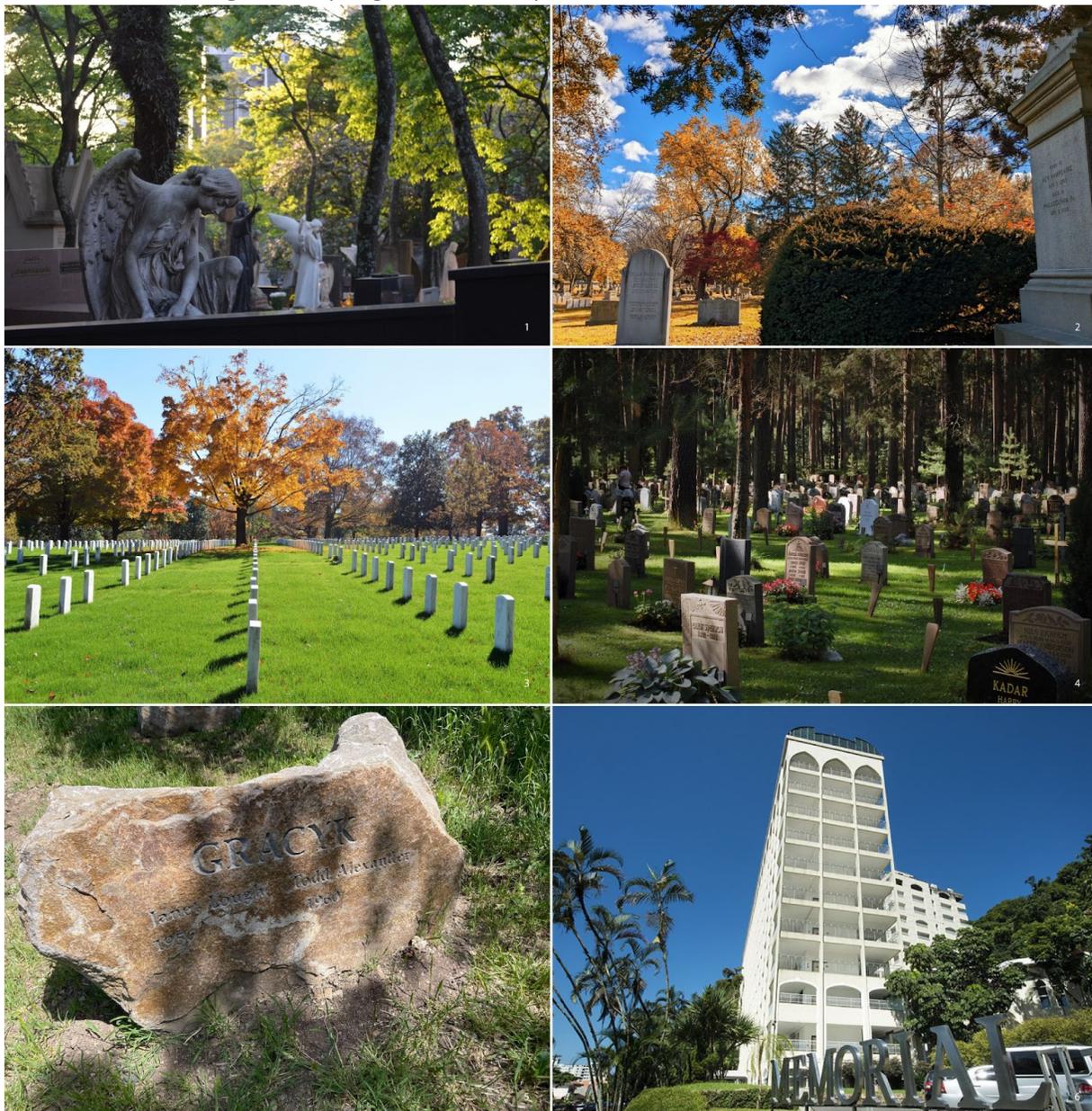
A quarta categoria é a do cemitério-jardim (imagem 3, Figura 03), outra classe de cemitério verde que, contudo, possui uma relação maior de contemplação, na qual os marcos funerários são muito discretos, geralmente seguindo um mesmo alinhamento e padrão. Merecem especial crédito por sua contribuição ao desenvolvimento de exemplares dessa categoria, o arquiteto paisagista Adolph Strauch e o botânico e paisagista John Claudius Loudon.

Nos cemitérios-bosque (imagem 4, Figura 03), também nominados cemitérios-floresta, é de se observar a predominância de árvores de grande porte dispostas de modo contínuo, compondo uma ambiência similar à do bosque. De acordo com Fuchs (2021, p. 11), *“esse ambiente, marcado pela junção entre túmulos e árvores, apresenta traços característicos da cultura nórdica, sendo usualmente encontrados em regiões como a Alemanha (Waldfriedhof) e Escandinávia (Skogskyrkogarden).”* Apesar de, sob o ponto de vista de determinadas culturas, criar uma atmosfera macabra e se configurar mais como um castigo que descanso eterno, essa classe de cemitérios nos remete ao sublime tão admirado pelo teórico John Ruskin, algo que nos obriga a reconhecer a força indomesticável da natureza. Pode-se inferir ainda que, inconscientemente ou não, os tais propõem a metáfora do penetrar à floresta como o adentrar ao eu interior, medonho e inexplorado.

A categoria de cemitério-ambiental (*natural burial ground*) é fruto direto da consciência ecológica efetivada ao longo das últimas décadas, remontando aos primórdios da inumação dos corpos, qualificada pela ausência de processos químicos para conservação dos cadáveres e o contato quase direto com a terra – costuma-se envolver os mortos em cápsulas biodegradáveis. Os atributos estéticos-simbólicos comumente utilizados em outras tipologias são colocados em segundo plano, pois a prioridade é a interferência mínima ao espaço (imagem 5, Figura 03). Têm surgido mais expressivamente no Reino Unido e países do norte europeu.

Por fim, a tipologia de cemitério-edifício ou cemitério edificado (imagem 6, Figura 03) pode ser definida como uma ou mais edificações providas de infraestrutura e erguidas com a finalidade de abrigar cadáveres ou restos mortais, normalmente, distribuindo-se em lóculos individuais; um exemplo é Memorial Necrópole Ecumênica em Santos, São Paulo. Cabe pontuar que estruturas fúnebres como ossários e columbários, que abrigam corpos ou restos mortais, não constituem um espaço frequentável, portanto, não compõem esse conjunto tipológico.

Figura 03: Tipologias cemiteriais que sucederam o modelo eclesiástico.



Fonte: organizado pela autora¹³

¹³ Imagem 1: Cemitério da Consolação em São Paulo. Fonte: Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/brunasmelo/6200476692/in/photolist-arV4Gy>>. Acesso em: maio de 2023.
Imagem 2: Mount Auburn nos Estados Unidos. Fonte: Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/186580311@N08/52512197393/in/photostream/>>. Acesso em: maio de 2023.
Imagem 3: Cemitério-jardim de Arlington nos Estados Unidos. Fonte: Disponível em: <[23](https://www.flickr.com/photos/monterei/22454895463/in/photolist-Adgd74-wjoPwY-2YFnxB-ooryXx-ooreiy-Ruhx-Yz-ajeK5Y-oEH4p3-2hNT4LP-doxB8o-7ScKzv-MutfHZ-2hNU399-gDmPbL-9czX5n-gl61Ur-gl6Zgc-gDmPTN-gDmQA9-dozLoW-c9TZA5-2dRLY84-4nQadV-8xYCgt-8SGjJo-gDniSW-6Tz8k4-doAR5z-2rrDr2-2rvZq7-2rwRuh-2rsmha-2rw4fU-2rvZ3j-2rwPVE-2rspGP-2rrG1e-2rw13E-2rwTuS-2rwsaN-2rwGvs-2rwwvzN-2rs9PD-2rs8D2-2rwqmE-2rwjK7-2rwjp9-2rrYgg-2rrWYr-2rweWU/>. Acesso em: maio de 2023.</p></div><div data-bbox=)

3.1.3 Estudos de caso

Diante do que foi descrito nos tópicos anteriores, propõe-se a análise de alguns espaços cemiteriais compreendidos como patrimônio cultural e que, portanto, possuem uma gestão turística bem implementada, os quais, por sua relevância histórica, artística e documental, para além de receberem visitas familiares, recebem sujeitos com interesses dos mais variados: o artista, o fã, o familiar, o estrangeiro, o historiador, o curioso, o conservador-restaurador, o arquiteto-urbanista, entre tantos outros viventes e suas inquietações.

A respeito do método de seleção dos cemitérios, com o intuito de estabelecer uma linha de abrangência coerente e concisa, foram eleitos três, levando em conta as escalas de proximidade dos tais – em termos de distância e correspondência tipológica – com o Cemitério Municipal Nossa Senhora Aparecida em Juiz de Fora.

O maior deles é o Cemitério Père-Lachaise, endereçado a Rue du Repos, cidade de Paris, na França; foi um dos primeiros cemitérios-monumento construídos no mundo e serviu de inspiração para que muitas cidades, dentro e fora da Europa, tivessem a mesma iniciativa. O segundo caso, também muito emblemático, localiza-se na América Latina, mais especificamente, a Rua Junín no bairro da Recoleta em Buenos Aires, Argentina; o qual, possui um numeroso conjunto de túmulos, mausoléus e esculturas funerárias em mármore e ocupa uma área de cinco hectares e meio. A terceira e última abordagem se direciona ao Cemitério São Francisco de Paula, situado no bairro homônimo na Praça Padre João Sotto Maior em

Imagem 4: *Skogskyrkogården*. Fonte: Disponível em:

<<https://flickr.com/photos/127820848@N04/15563103162/in/photolist-pHfYmS-6ofEcY-8w8v37-5w3be1-8w8vhy-2jkCm56-eiAwoc-eiAwGp-f2EADq-f2qkRB-f2EBay-f2qmNp-4GTsZz-f2EBn7-f2EBLA-f2qm3k-f2qmdc-f2EBTw-f2EBpY-f2qmQD-f2qkYv-4GXCxA-f2qkAZ-f2qmzq-f2qmEF-6xhkvc-6YkQj9-6YgS18-fHz3xb-f2qmYz-6xhkvp-6xhkqv-6YkUBQ-6xhkV8-6YkW3u-qB2f7x-f2qmHX-eiGgDE-fU35cd-fU311P-pBzDfQ-eiGg51-eiAwMt-8w5sZK-8BeHct-8w8uUs-8w5t8D-2ongT1E-7eayuU-3cvj1v/>>. Acesso em: maio de 2023.

Imagem 5: Cemitério ambiental. Fonte: Disponível em:

<<https://www.flickr.com/photos/sarahvain/52841515971/in/photolist-2jMx7Xv-2ovqzJc-adtZrF-2jMx917-5hzd1t-H6rybb-2kTu2Uo-2ovzb2r-qGoHV6-adtEnZ-cRUL6C-APPr9-dguA8B-2kcDNzp-2jMAEUZ-2ir1QuP-2ovrsg2-2cUaQUH-2nJuKuU-yEXZxt-mtoeL-zdQB1q-LNfWS6-adwD81-2jMx8rm-2iqYthx-6v8qsR-adtQpi-2jMAEFh-2airPdF-adtHEP-2nda9gD-mtohg-zDqhdQ-2nSDvUF-oZKhfY-2nSqw4m-2kSR4nC-a1DqKM-2mdBExH-2jMAFa8-2nbY7ga-BvELdm-2jMBv4A-23zACgH-yXqfNb-28WYUtr-2k3ufHp-5NnxZ2-2nJQGKd/>>. Acesso em: maio de 2023.

Imagem 6: Cemitério Memorial Necrópole Ecumênica em Santos, São Paulo. Fonte: Disponível em:

<<https://memorialsantos.com.br/historia/>>. Acesso em: maio de 2023.

Curitiba, Paraná; escolhido por ser um exemplar brasileiro e um dos pioneiros em fomentar visitas guiadas.

Ambos se enquadram na categoria de cemitérios monumentais e são, majoritariamente, compostos por esculturas e construções que representam a simbólica da morte ou concretizam uma homenagem póstuma. A decoração fitomórfica pode ser verificada quando se há a reprodução de flores, como por exemplo, rosas, margaridas e narcisos, ou ramos, de palma, de louro, de carvalho, de hera, entre outros – cada um deles com seu significado próprio. Outros símbolos empregados costumam ser: urnas funerárias, tochas, coroas, guirlandas e lauréis, panos, mãos dadas, coração, lâmpada, pergaminho, sol (nascente ou poente), âncora, pombas e figuras alegóricas (Cristo, anjos, santos e pranteadoras são algumas delas). Uma outra alternativa muito apreciada era a representação da mulher ou do homem falecidos – corpo inteiro ou busto. O uso da vegetação é perceptível nessa tipologia, no entanto, não sobressai em relação aos monumentos; geralmente, privilegia-se o plantio de arbóreas de folhas perenes e se nota a repetição de uma mesma espécie.

Tendo em vista que o trabalho visa compreender a relação entre o cemitério e a praça, configurando-se como uma escala de abrangência maior, o tema das representações escultóricas, neste momento, não será pormenorizado.

3.1.3.1 Cemitério Père-Lachaise em Paris

Atualmente eleito como maior cemitério de Paris, ocupando uma área de 43 hectares, o Père-Lachaise, localiza-se no vigésimo *arrondissement* e é reconhecido em âmbito global, marcando presença nas rotas turísticas de quem visita a cidade. Uma sucessão de fatos fomentam sua criação, entretanto, o *21 Ventôse*, de 1801 e o *29 Ventôse*, de 1804, foram de extrema relevância por, respectivamente, instituir por meio de decreto a fundação de três grandes cemitérios extramuros nas regiões leste, norte e sul¹⁴ da cidade e registrar a aquisição do *Clos du Mont-Louis* (Figura 04) para que se estabelecesse o Père-Lachaise, primitivamente denominado *Cimetière de l'Est*. A respeito da colina Mont-Louis, sabe-se que foi adquirida em

¹⁴ A leste será implantado o Père-Lachaise em 1804, a norte, o cemitério de Montmartre em 1825 e a sul o cemitério do Montparnasse em 1824.

1626 por jesuítas que objetivavam instalar uma casa de repouso para si próprios. Um de seus hóspedes, o padre François d'Aix de La Chaise (1624-1709), que era confessor do rei Luís XIV, abrigou-se na propriedade e acabou contribuindo com a expansão e embelezamento da tal graças às generosidades do monarca. Não por acaso, mais tarde seu nome seria associado ao cemitério. Alguns espaços acabaram sendo desmembrados após a expulsão dos jesuítas ocorrida em 1762, contudo, a arborização foi conservada mesmo após sucessivas vendas do terreno.

Figura 04: A colina Mont-Louis antes da instalação do cemitério.



Fonte: Disponível em: <<https://www.paris.fr/pages/cimetiere-du-pere-lachaise-plus-de-200-ans-d-histoire-17482>>. Acesso em: 5 de junho de 2023.

O responsável por negociar a compra da herdade, foi o político Nicolas Frochot (1761-1828), que posteriormente também teve a iniciativa de transferir alguns restos mortais de pessoas ilustres para Père-Lachaise a fim de incentivar os sepultamentos neste, pois, em seus primeiros anos de existência, o cemitério possuía certa impopularidade por se situar periféricamente. É crucial mencionar que foram ofertadas três modalidades de enterro aos parisienses, uma opção gratuita e as outras duas realizadas mediante pagamento; nessa ordem, a trincheira livre, mais conhecida como vala comum (1), o poço individual temporário (2) e a concessão perpétua, atribuída a empreendedores sociais (3).

Por ordem de Napoleão Bonaparte, o arquiteto Alexandre-Théodore Brongniart (1739-1813) foi incumbido de engendrar o espaço do Père-Lachaise. Assim, aproveitando-se das pré-existências, elaborou o projeto com a proposição de que se erigisse uma grande pirâmide no topo da colina – a qual, não foi executada. Tempos depois, em razão do adensamento do cemitério por seu consistente prestígio, os traçados de Brongniart tiveram de ser expandidos e terrenos foram sendo adquiridos para comportar a necrópole. Seu sucessor, Étienne-Hippolyte Godde (1781-1869), projetou a capela funerária e uma das obras mais paradigmáticas do cemitério: a entrada monumental situada no Boulevard de Ménilmontant. Não menos importante, foi Jean-Camille Formigé, que idealizou o columbário e crematório neobizantino em fins do século XIX. (Figura 05)

Figura 05: Compilação das contribuições de Brongniart, Godde e Formigé.



Fonte: organizado pela autora¹⁵

Além dessas obras maiores, o cemitério abriga uma infinidade de memoriais, monumentos e construções funerários dentro de seus muros e hospeda os restos mortais de diversas personalidades, congregando exemplares de várias composições estilísticas-formais ao tempo que justapõe múltiplas camadas históricas – aqui, vale mencionar que Père-Lachaise foi palco de dois conflitos armados; um no período das Guerras Napoleônicas e o outro ao fim da Semana Sangrenta da Comuna de Paris.

¹⁵ Imagem 1: Projeto de Alexandre-Théodore Brongniart para o Cemitério de Père-Lachaise, por volta de 1810.

Fonte: Disponível em: <<https://www.paris.fr/pages/cimetiere-du-pere-lachaise-plus-de-200-ans-d-histoire-17482>>. Acesso em: 5 de junho de 2023.

Imagem 2 e 3: Nessa ordem, portão de entrada principal do Père-Lachaise, erguido por Étienne-Hippolyte Godde em 1825 e columbário projetado pelo arquiteto Jean-Camille Formigé. Fonte: Disponível em: <<https://www.paris.fr/pages/cimetiere-du-pere-lachaise-un-pantheon-a-ciel-ouvert-17726>>. Acesso em: 5 de junho de 2023.

Presumivelmente, o vultoso acervo de P re-Lachaise faz com que o tal se configure como um museu a c eu aberto e, para além disso, somado a seus demais atributos, seja reconhecido como patrim nio da cultura francesa, tornando-se um lugar atrativo para visita o.

3.1.3.2 Cemitério La Recoleta em Buenos Aires

Em termos de popularidade, o Cemitério La Recoleta se consolidou como o mais notável exemplar cemiterial latino-americano, tornando-se um dos destinos turísticos mais frequentados na cidade argentina.

O histórico de sua origem remonta a fins do século XVIII, em que várias disposi es legislativas foram emitidas, proibindo a modalidade de enterramento em institui es eclesiásticas, algo que se efetivou somente com o Decreto n  528, de 13 de dezembro de 1821 e o Decreto n  612, de 1  de julho de 1822 – os quais estabeleciam, respectivamente, a cria o dos cemitérios e a constru o de um cemitério público no espaço ocupado pelo edifício nominado *La Recoleta*¹⁶. Inaugurado em 17 de novembro de 1822, inicialmente recebeu o nome de *Cementerio del Norte*, entretanto, todos se referiam a ele pela denomina o prefixada – *Cementerio de La Recoleta* –, por esse motivo, oficializada em 5 de março de 1949.

O profissional encarregado pela urbaniza o desse espaço cemiterial foi o arquiteto-engenheiro francês Prosper Catelin (1764-1842); porém,   medida que se ia passando o tempo, fizeram-se necessárias amplia es, sendo o governador Manuel Dorrego quem o expandiu aos limites hodiernos no ano de 1829. Essas expansões acabaram desconsiderando o projeto de Catelin. Tal situa o ocasionou degrada es que, junto   ausência de higiene, fez com que o cemitério chegasse a uma condi o execrável.

O estado da necrópole bonaerense era verdadeiramente deplorável, suas ruas estreitas e tortuosas, sem pavimento de nenhuma classe, sem sarjetas, a menor chuva se tornavam intransitáveis, convertendo-se em loda ais; as águas sem dire o inundavam o terreno e vários sepulcros; a entrada não tinha mais que um simples portão de ferro, sem abrigo contra as intempéries, com uma capela muito pequena e de aspecto mesquinho. Para a administra o um único c modo cujo estado mantinha sem d vida

¹⁶ O local, antes ocupado pela Congrega o Franciscana, era proveniente da desapropria o realizada pelo governador Martín Rodríguez e seu ministro Bernardino Rivadavia.

harmonia com todo o resto, tendo por sala de autópsias e depósito um departamento imundo em estado ruinoso e que dava pavor ao entrar mesmo durante o dia. (VARELA, 1926 *apud* MAGAZ; ARÉVALO, 1993, p. 30, tradução nossa)

Foram essas circunstâncias que fizeram com que o primeiro prefeito de Buenos Aires, Torcuato de Alvear, no período de 1880 a 1882 e com o apoio do arquiteto Juan Buschiazzi, trabalhasse em prol de sua remodelação e ordenamento, inspirando-se nas necrópoles europeias. A capela foi reformada, as ruas pavimentadas e o antigo portão substituído por um pórtico de entrada; a paisagem como um todo foi modificada e embelezada. Para além disso, a imigração foi mais um dos fatores que acentuou a valorização do cemitério, especialmente, no que diz respeito a seu acervo de monumentos fúnebres. Tal processo fez com que, assim como no Père-Lachaise em Paris, a gourmetização da morte fosse uma questão de status, propiciando notoriedade ao trabalho de muitos arquitetos e escultores italianos, franceses e espanhóis.

Posto isso, é possível afirmar que, não à toa, o cemitério La Recoleta alcançou reconhecimento. No entanto, cabe aqui fazer uma observação: mediante todo o protagonismo desempenhado pela necrópole, o espaço livre público (Praça Intendente Torcuato de Alvear) situado à frente de seu pórtico (Figura 06) acaba atuando como coadjuvante, nem sempre, recebendo o devido mérito. Ainda assim, caracteriza-se como uma componente essencial, sem a qual, talvez, o sucesso do cemitério ficasse comprometido em determinada proporção.

Figura 06: Vista externa do pórtico de entrada do Cemitério La Recoleta.



Fonte: Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/ewertonfreitas/12878572423/in/photostream/>>.
Acesso em: 14 de junho de 2023.

3.1.3.3 Cemitério Municipal São Francisco de Paula em Curitiba

Embora não seja amplamente conhecido, o Cemitério Municipal São Francisco de Paula, localizado na cidade de Curitiba no Paraná, é um dos mais antigos do Brasil, tendo sua inauguração datada de dezembro de 1854. Sua construção se deu por intermédio de Zacarias de Góes e Vasconcellos – à época, presidente da Província do Paraná –, que objetivava evidenciar à sociedade local o atendimento aos padrões sanitaristas crescentemente difundidos e, para tanto, encarregou Benedito Enéas de Paula das obras concernentes à necrópole. O local estipulado para se concretizar o empreendimento foi o terreno outrora pertencente ao padre Agostinho Machado de Lima, sito a boa distância do centro urbanizado. Vale pontuar que a conclusão da obra ocorreu somente em 1866.

O primeiro enterramento se deu no ano subsequente à abertura, “em 30 de setembro de 1855, com a inumação da brasileira Delfina Antonia de San Paio, viúva, de 86 anos, falecida de moléstias internas” (GRASSI, 2015, p. 4), entretanto, a quantidade de sepultamentos não era

tão alta, pois havia o funcionamento de outros cemitérios nas paróquias das imediações da cidade.

Um fato curioso a se destacar é que, bem como Pére-Lachaise, o Cemitério Municipal São Francisco de Paula também compôs um cenário de embate na denominada Revolução Federalista. Tal episódio data de 1894 e foi marcado pelo fuzilamento de estadistas encarcerados, como Souza Marques e Francisco Braga. (Figura 07)

Figura 07: Recorte da publicação constante no jornal Don Quixote do Rio de Janeiro sobre o fuzilamento.



Fonte: Disponível em:

<<https://paulodafigaro.blogspot.com/2014/04/os-dramas-do-parana-os-fuzilamentos-de.html>>.

Acesso em: 30 de junho de 2023.

Conforme Grassi (*ibid.*), durante seus anos de existência o cemitério sofreu no mínimo três ampliações em seu desenho, a última delas ocorrida em 1962, modificando o traçado retangular para um formato trapezoidal (em uma de suas extremidades) com a integração de uma área equivalente a um conjunto de 300 lotes, totalizando os 51.414 m² atuais.

Uma característica observável no caso desse espaço cemiterial é a relação direta estabelecida com a Praça Padre João Sotto Maior – que pode se justificar pela disposição de ambos em um único quarteirão (Figura 08). O trecho abaixo confirma que a finalidade desse

espaço livre público se volta ao uso preponderante e, assim, passa a atuar como um suporte para o cemitério:

Em 1958, durante a gestão de Iberê de Mattos, foi realizada a **construção do Mercado das Flores** na Praça Padre João Sotto Maior, além da **edificação de quatro capelas funerárias**. Já durante a gestão do prefeito Ivo Arzua, entre novembro de 1962 e novembro de 1966, outras capelas foram instaladas junto ao Mercado das Flores, para atender de maneira mais adequada às necessidades das famílias. Obras de pavimentação, fechamento de ruas internas, iluminação e rearborização foram realizadas. (GRASSI, 2015, p. 4, grifo nosso)

Torna-se possível afirmar, portanto, que a necrópole e a praça se complementam. Também é relevante, ainda sob a temática da relação cemitério-praça, mencionar os nomes do artista Franco Giglio e dos arquitetos Fernando Popp e Mauro Magnabosco que contribuíram enfaticamente ao histórico construtivo desses, sendo responsáveis, na devida ordem, pela execução dos painéis em mosaico em 1966 e pelo planejamento para reestruturar a Praça Padre João Sotto Maior na década de 90.

No que se refere à atualidade, especialmente graças à laboriosa dedicação da pesquisadora cemiterial Clarissa Grassi Dias, o Cemitério Municipal possui uma agenda de visitas guiadas implementada desde 2011 assim como um guia de visitação elaborado pela mesma. Tal projeto dinamiza o ensino da história da cidade a partir de um novo olhar sobre os espaços de morte e a arte tumular que os tais comportam, promovendo educação patrimonial e, para além disso, dando visibilidade a personalidades negras e outras figuras que, diante do protagonismo dos ilustres convencionais, costumam ser ignorados.

Figura 08: Vista do Cemitério Municipal São Francisco de Paula.



Fonte: Disponível em:

<<https://ricmais.com.br/grands/obras-deixam-cemiterio-municipal-sao-francisco-de-paula-mais-seguro/>>.

Acesso em: 30 de junho de 2023.

4 A RELAÇÃO PRAÇA-CEMITÉRIO EM JUIZ DE FORA: CAMINHANDO PARA UMA CONCLUSÃO

A uma pequena distância do centro adensado da Manchester Mineira, interligados pela rua Osório de Almeida no bairro Poço Rico, encontram-se a Praça Pantaleone Arcuri¹⁷ – popularmente referida como Praça da República ou Praça das Caveiras – e o Cemitério Municipal Nossa Senhora Aparecida (antes, Cemitério de Nossa Senhora da Piedade), os quais, apesar de não serem amplamente reconhecidos como outros pontos históricos juiz-foranos, também constituíram momentos importantes para que a cidade se consolidasse como um referencial para outros municípios.

Tendo isso em vista, com o intuito de promover apropriações no espaço livre público que a praça conforma e gerar identificação, muitos pesquisadores – especialmente da área de

¹⁷ Denominação adquirida por meio da Lei Municipal nº 2966/68 (VIANA, 2017, p. 114)

Arquitetura e Urbanismo – buscam propostas para sua revitalização; variadas vezes, alegando que o cemitério é um dos responsáveis pela dispersão do público. Tal afirmação pode até ser verdadeira, porém, possui raízes em algo mais profundo, que é o processo de escamoteamento da morte discutido anteriormente. Talvez, por isso, os projetos existentes para aquela determinada área se voltem basicamente ao espaço praça, limitando-se aos muros do cemitério. Em contrapartida, há um outro grupo de estudiosos que defende a patrimonialização de alguns túmulos e a instituição do chamado Turismo Cemiterial na necrópole pelos valores artísticos, históricos e culturais que agrega, mas, por ser um assunto ainda pouco explorado no meio acadêmico, gera estranheza àqueles que nunca tiveram contato com o tema, pois, equivocadamente, associam-no a especulações sobre atividades paranormais e ao que é retratado em filmes de terror.

Diante disso, a presente pesquisa intenciona a proposição de um pensar conjunto, entendendo que praça e cemitério se complementam e ambos podem funcionar como suporte um do outro. Para além disso, pretende-se estimular a discussão a respeito dos espaços cemiteriais dentro do curso de Arquitetura e Urbanismo, notadamente, por ser um dos equipamentos que compõem a urbe e se configurar como uma temática de estudo escassamente debatida.

4.1 HISTÓRICO

O povoado de Santo Antonio do Parahybuna nasce a partir do traçado do Caminho Novo, que conectava as regiões auríferas ao porto do Rio de Janeiro, favorecendo o transporte dos metais nobres e pedras preciosas sem extravios. Sua emancipação ocorre em 1850, quando é elevado à vila e desmembrado da cidade de Barbacena, tornando-se cidade três anos depois e recebendo a denominação de Juiz de Fora no ano de 1865. A expressiva valorização do território se deu por conta da economia cafeeira e pelas grandes obras de infraestrutura, que propiciaram um salto populacional com a chegada dos imigrantes – dentre essas obras, destacam-se a construção da Estrada do Paraibuna, atual Avenida Barão do Rio Branco, e da Estrada União & Indústria, considerada a primeira estrada de rodagem do Brasil.

Esse crescimento progressivo da população implicou em um aumento correspondente no número de mortos, todavia, a Cidade do Parahybuna não estava preparada para tanto. Vale ressaltar que, em princípios do século XIX, precisamente 1801, por intermédio de uma Carta-Régia, já havia uma ordem proibitiva quanto aos sepultamentos em espaços eclesiásticos e se impunha a criação de cemitérios em favor da saúde pública; para mais, em 1828, D. Pedro I promulgara, pela Lei de 28 de outubro, o encerramento dos enterros em igrejas, encarregando as câmaras de cumprirem tais ordens (ALMEIDA, 2007, p. 105).

Em certa medida, a ausência de um cemitério público na cidade era justificável, já que há pouco tinha sido emancipada. Contudo, essa situação perdurou por dez anos até a emissão do edital para que aquele fosse construído, o que revela a existência de dada negligência por parte das autoridades municipais. Esse quadro permitiu que os enterramentos continuassem a se realizar no interior e arredores da antiga Igreja Matriz dedicada a Santo Antônio (Figura 09), situada atrás do local onde hoje se encontra a prestigiada Catedral Metropolitana.

Figura 09: Fotografia da Capela de Santo Antônio em fins do século XVIII.

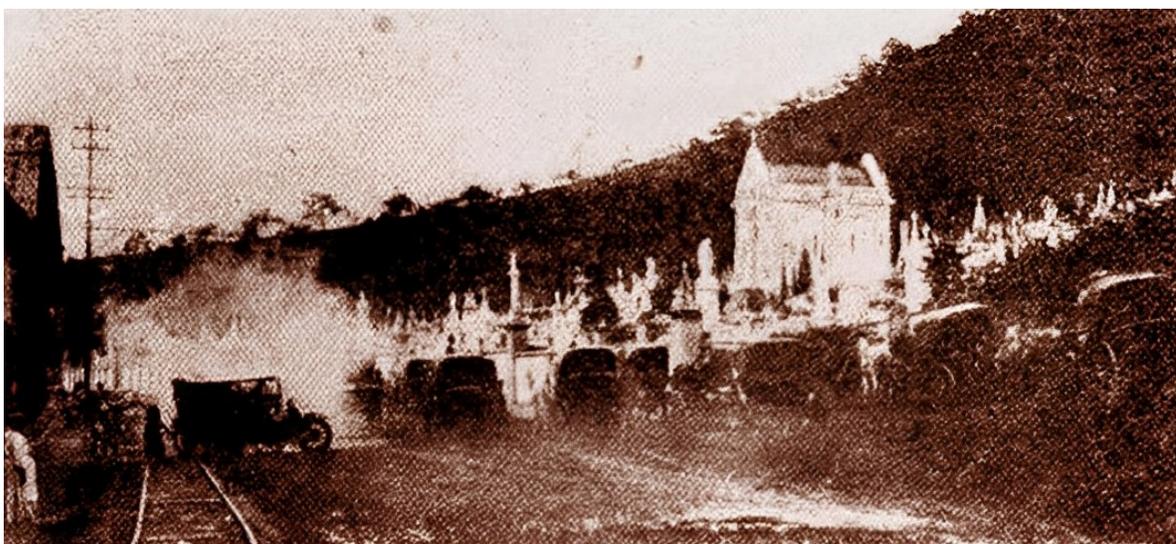


Fonte: Disponível em: <<https://jfhistoria.wordpress.com/2023/01/27/distrito-de-santo-antonio-do-juiz-de-fora/>>. Acesso em: 3 de julho de 2023.

O processo licitatório para a obra do cemitério ocorreu em 1863, tendo por proposta vencedora aquela apresentada pelo engenheiro Carlos Augusto Gambs, “designado pela Comissão pelo mesmo ter se comprometido em terminar a obra dentro do orçamento previsto, 2:930\$000, e no prazo de três meses.” (COSTA, 2007, p. 25). A inauguração se deu no dia 02 de novembro de 1864 após a finalização das obras e o benzimento do espaço, no entanto, o primeiro enterramento no local antecedeu essa data – situação muito incomum à época. É relevante dizer ainda que, inicialmente, o cemitério só poderia receber católicos e todos os pedidos de sepultamento deveriam, prévia e obrigatoriamente, passar pelas mãos do vigário Tiago Mendes Ribeiro, quem abençoou o lugar e tinha o poder de deferir ou indeferir os enterros. Tal conjuntura demonstra a grande influência que a Igreja Católica ainda exercia sobre as questões concernentes ao morrer e gerou grande repercussão pelo motivo dos denominados acatólicos terem seus pedidos de sepultura negados. Diante disso, em janeiro de 1875, foram abertos mais dois portões além do principal existente com o fim de se demarcar uma porção territorial para os finados que não professavam a fé católica, porém, ainda houveram muitas incongruências até a plena secularização dos cemitérios públicos brasileiros, regida pelo Decreto nº 789, de 27 de setembro de 1890 (COSTA, 2007, p. 27-33).

Uma outra característica que prevalece até os dias atuais e demonstra essa devoção ao catolicismo são os monumentos tumulares, trazendo a imagem de Jesus Cristo ou de santos. De tal modo, pode-se inferir que a criação do Cemitério Público em Juiz de Fora (Figura 10) determinou um novo modo de lidar com a morte, mantendo, contudo, o vínculo religioso – algo observável no tempo presente mesmo em sua denominação: Cemitério Municipal Nossa Senhora Aparecida.

Figura 10: Vista do Cemitério Municipal em 1915.



Fonte: (ESTEVEES, 1915, p. 339)¹⁸

O cemitério passou por uma grande reforma no ano de 1925 em detrimento de sua topografia, da superlotação e da localização próxima à estrada de ferro, algo que incomodou a alguns sobre a estética daquele para quem chegasse à Juiz de Fora de trem. Foi então que, após muitos impasses, como a viabilidade de se manter os enterros nesse mesmo cemitério ou construir um novo, sob a administração municipal de José Procópio Teixeira e Eduardo de Menezes Filho, decidiu-se pela ampliação do existente. Justamente nesse período ocorreu a divisão do cemitério em alas (velha e nova), o muramento do mesmo com o coroamento em balaustradas e a edificação de uma entrada monumental em feições neoclássicas. O responsável pelo projeto e direção das obras foi o engenheiro Jonas Bastos (SILVA, 2016, p.50-55). Até o presente momento, há uma placa fixada na parede próxima à entrada principal na Rua Osório de Almeida, a qual, sem prévias especulações, pode induzir as pessoas ao engano sobre a data de criação desse espaço cemiterial.

A respeito do bairro em que o cemitério foi inserido, sabe-se que seu desenvolvimento se deu simultaneamente à construção da Estrada União & Indústria e que, naquele tempo, era uma região pouco adensada, conformada como uma área pantanosa até a retificação do rio Paraibuna ocorrida por volta de 1943. A inexpressiva ocupação também pode se justificar pela

¹⁸ ESTEVES, Albino. **Álbum do Município de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915.

concentração de usos que não atraíam grande parte da população, como por exemplo, o depósito de resíduos sólidos, o matadouro e um abrigo de mendigos, atual Abrigo Santa Helena. Assim, ainda que fosse o principal meio de acesso à cidade, esse cenário só se alterou com a aquisição de grande parte da área pela Companhia Pantaleone Arcuri (VIANA, 2017).

O primeiro projeto arquitetônico idealizado por Arthur Arcuri em Juiz de Fora foi decisivo para determinar o sucesso de sua carreira bem como fomentar melhorias para o bairro Poço Rico; tratava-se do novo matadouro municipal erguido em 1938 pela iniciativa do prefeito Raphael Cirigliano. No mesmo ano, o terreno de 4.621 metros quadrados, hoje ocupado pela Praça Pantaleone Arcuri, foi adquirido pela Prefeitura pela quantia de 60:000\$000.

Segundo relatório da Prefeitura, de Raphael Cirigliano, de 1940, encontrado no Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora, os trabalhos de terraplanagem e plantio de árvores no local foram iniciados ainda no final da década de 1930. Mas a praça só foi devidamente iluminada e ajardinada em 1940. Já em 15 de julho de 1940, técnicos da prefeitura solicitaram à Administração da E. F. Central do Brasil, o assentamento de manilhas para escoamento das águas servidas no novo trecho da rua Osório de Almeida (PJF, PROCESSO N° 126/1944). A partir de então, a área foi remodelada para que os sentidos do trânsito ficassem divididos por uma área residual que viria a se tornar a praça da República. (VIANA, 2017, p. 112-113)

O espaço da praça possuía feições ecléticas clássicas (Figura 11) que dialogavam com o estilo arquitetônico predominante naquele período e foi projetado pela engenheira civil e eletrotécnica Dulce Palmer, a primeira mulher formada com esse título pela Escola de Engenharia em Juiz de Fora no ano de 1938.

Figura 11: Vista da Praça da República em 1940.



Fonte: Blog Maria do Resguardo

Disponível em: <<https://www.mariadoresguardo.com.br/2010/01/praca-da-republica-1940-em-frente-ao.html>>.
Acesso em: 4 de julho de 2023.

Tendo sido finalizada em 1940, a praça manteve sua configuração intacta até o centenário da cidade, quando a Câmara Municipal sancionou a edificação do marco modernista de Arthur Arcuri em comemoração ao primeiro século do município e sua área central foi remodelada para recebê-lo. Nesse contexto, é importante mencionar que, apesar de transmitir os ideais modernistas e ter a intenção de estimular empreendimentos com essa estética, o marco não foi bem aceito por toda população juiz-forana na época e, por substituir repentinamente o que havia sido estabelecido pela Lei Municipal n° 197, de 5 de novembro de 1949¹⁹, causou certa insatisfação, inclusive, veiculada pela mídia:

Esperava-se algo mais concreto. Nos moldes das decorações tradicionais de praças e parques, com direito a bustos, estátuas e coisas do gênero. Quando os operários terminaram o trabalho, muitos não compreenderam a dimensão abstrata da obra, sem as paredes monumentais de costume. (DISPLICÊNCIA, 17 maio 1950 *apud* VIANA, 2017, p. 121)

¹⁹ Autorizava a construção do Monumento ao Expedicionário na Praça da República (MARCO, 4 maio 1950 *apud* VIANA, 2017, p. 121)

No entanto, ainda que tenha provocado algum alvoroço, a implantação do monumento não implicou em mudanças significativas no traçado da praça e nem em seu completo abandono. Em contrapartida, três intervenções urbanas podem ser apontadas como agentes determinantes para a ocorrência desse esvaziamento, as quais: a retirada da linha de bondes que interligava a região central ao bairro pela Rua Osório de Almeida, em 1958, o asfaltamento dessa via por volta de 1965 e a abertura da Avenida Itamar Franco (antes, Independência) na década de 70, que, por se tornar o novo principal elo de ligação entre Juiz de Fora e Rio de Janeiro, provocou a desertificação integral do espaço livre público.

Por causa disso, o Marco do Centenário de Juiz de Fora, idealizado para representar o progresso da cidade, foi sofrendo uma paulatina descaracterização – disparada pelo esvaziamento do lago que o circundava – e ficando à mercê do vandalismo, assim como a praça em sua completude. O descaso com o espaço público e o monumento foram completamente ignorados pelas autoridades, tendo sido, por isso, acusadas pelos meios de comunicação nos anos 90, onde a sociedade engajada exigia um posicionamento da jurisdição quanto a recuperar o bem e o proteger legalmente por sua relevância histórica e urgência em preservá-lo.

A pressão popular gerou resultados positivos, pois o tombamento foi efetivado em esfera municipal por meio do Decreto nº 5812, de 23 de dezembro de 1996 e, mais tarde, em esfera federal pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), através do Processo nº 1391-T-97, em 12 de novembro de 2001.

À época do processo de restauração do monumento, a praça não foi contemplada com um projeto específico, entretanto, mesmo assim, passou por uma reforma improvisada: “[...] *reestruturação dos canteiros, replantio de vegetação, pintura, reforma dos bancos e meio-fio* [...]” (VIANA, 2017, p. 114). A consequência dessa ingerência sem planejamento, por mais bem-intencionada que fosse, resultou em canteiros esparsos e na perda gradativa do desenho criado por Dulce Palmer. A questão do fluxo de pessoas não foi solucionada devido à apropriação não ter se concretizado e, em um curto período de tempo, o Marco do Centenário já se encontrava novamente degradado, remontando ao estado inicial do bairro como uma área desvalorizada.

Figura 12: Fotografia da vista frontal do Marco do Centenário em Juiz de Fora.



Fonte: Acervo da autora, 2023.

Figura 13: Fotografia da vista posterior do Marco do Centenário em Juiz de Fora.



Fonte: Acervo da autora, 2023.

Nos dias que correm, especialmente por consequência do incêndio recente, o monumento apresenta alto grau de danificação (Figuras 12 e 13) e seu Processo de Tombamento se encontra sob revisão (informação transmitida verbalmente por uma das colaboradoras do Departamento de Memória e Patrimônio Cultural – DMPAC). A praça, por sua vez, mantém uma paisagem mórbida mesmo com uma percentagem considerável de áreas verdes pela falta de manutenção e infraestrutura (Figura 14). No tocante ao cemitério, tem-se que os únicos acessos em funcionamento são o da Rua Viscondessa Di Cavalcante e o da Rua Carolina Coelho – os outros três portões, situados às ruas Osório de Almeida e Mariana Evangelista, permanecem trancados; um deles, inclusive, vedado por alvenaria.

Figura 14: Vista da Praça da República da perspectiva do Cemitério Municipal.



Fonte: Acervo da autora, 2023.

4.2 DESAFIOS, POTENCIALIDADES E INTENÇÕES PROJETUAIS

Tendo em vista o que foi colocado na seção anterior, é possível afirmar que o acúmulo de fatores históricos e sociais foi o que engendrou o processo de desvalorização da região, onde a Praça da República e o Cemitério Municipal estão implantados, fazendo com que os quais não

recebam tanta credibilidade em comparação a outros bens juiz-foranos e, na possibilidade de serem lembrados, correspondam a pontos referenciais para que as pessoas fiquem cientes da localização do Marco do Centenário da cidade, pois alguns sujeitos sequer sabem de sua existência.

Nesse contexto, logo de início já se apresenta um primeiro e grande desafio, que é transpassar a visão isolada no monumento, ampliando a escala de análise ao seu entorno para que se obtenha um diagnóstico geral sobre as causas motoras do não reconhecimento e identificação com esse espaço livre público e o porquê do mesmo repelir aqueles que intentam se apropriar e lhe agregar valor.

Diante disso, embora o Cemitério Municipal, sob um primeiro olhar, figure como um empecilho às soluções projetuais, o qual pode se tornar justamente o contrário, fomentando o aumento do fluxo de pedestres a partir de um empreendimento turístico voltado à apreciação da arte fúnebre já que faz parte da categoria de cemitério-monumento. Entretanto, para que tal ação se efetive, é crucial que a relação estigmatizada com o espaço cemiterial seja desfeita e o qual seja percebido ante uma nova perspectiva, isto é, através da compreensão do qual como uma área histórica e artisticamente enriquecida, que além de reunir diversas personalidades que auxiliaram no desenvolvimento e consolidação da Juiz de Fora atual, é composto por um acervo distinto em seu interior, como por exemplo, o famigerado “túmulo da bruxa” (Figura 15).

Figura 15: Fotografia da sepultura intitulada “túmulo da bruxa”.



Fonte: Acervo da autora, 2023.

A implantação das visitas guiadas à necrópole demandaria pesquisas mais apuradas a respeito das pessoas enterradas ali, dos escultores responsáveis pelos monumentos fúnebres, entre outras questões relevantes à história e historiografia local, porém, é fato que o qual possui um grande potencial para se debater questões das mais variadas – sobre seu acervo, o projeto de espaços fúnebres, a repetição dos modelos sociais da cidade dos vivos na cidade dos mortos e assim por diante.

Por outro lado, a praça, sendo atribuída de uma boa infraestrutura, que atendesse de modo satisfatório quanto à acessibilidade, serviços, segurança, mobiliário e usos, inevitavelmente, teria condições de dar suporte às visitas e também ser percorrida e ter o monumento modernista valorizado.

Vale dizer que é um trabalho multifacetado e, portanto, necessita do envolvimento de profissionais das áreas mais diversas – planejadores urbanos, restauradores, paisagistas, assistentes sociais, os sujeitos administradores do Cemitério Municipal, historiadores, turismólogos, dentre outros – bem como, da colaboração participativa e ativa da sociedade civil, principalmente, pelo objeto de estudo (conjunto praça-cemitério) estar inserido em um bairro em que predomina o uso residencial.

Para o desfecho dessa abordagem, é pretendida a elaboração de um estudo preliminar que abarque as questões discutidas neste primeiro momento – algo que será feito na segunda etapa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC II).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTO, Fellype. Juiz de Fora comemora 173 anos e monumento do centenário completa mais um ano de abandono. **G1 Zona da Mata**, 31 de maio de 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2023/05/31/juiz-de-fora-comemora-173-anos-e-monumento-do-centenario-completa-mais-um-ano-de-abandono.ghtml>>. Acesso em: 3 de julho de 2023.

ALMEIDA, Marcelina das Graças. **Morte, cultura, memória - múltiplas interseções: uma interpretação acerca dos cemitérios oitocentistas situados nas cidades do Porto e Belo Horizonte**. Orientador: Adalgisa Arantes Campos. 2007. 419 f. Tese (Doutorado) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

BELEYME, Maria. Les premières inhumations. **Père-Lachaise**, 2 de abril de 2016. Disponível em: <<https://perelachaisehistoire.fr/la-premiere-inhumation/>>. Acesso em: 6 de junho de 2023.

_____. Naissance des grands cimetières parisiens en quelques dates. **Père-Lachaise**, 9 de março de 2019. Disponível em: <<https://perelachaisehistoire.fr/naissance-des-grands-cimetieres-parisiens-en-quelques-dates/>> Acesso em: 7 de junho de 2023.

BORJA, Jordi et al. **La ciudad conquistada**. Madrid: Alianza, 2003.

CAPUTO, Rodrigo Feliciano. O homem e suas representações sobre a morte e o morrer: um percurso histórico. **Rev. Multidisciplinar da Uniesp. [Internet]**, p. 73-80, 2008.

Cemitério. In: **Novo Aurélio**. Dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

CIMETIÈRE du Père-Lachaise: plus de 200 ans d’histoire. **Paris**, site officiel de la Ville de Paris, 21 de junho de 2021. Disponível em: <<https://www.paris.fr/pages/cimetiere-du-pere-lachaise-plus-de-200-ans-d-histoire-17482>>. Acesso em: 5 de junho de 2023.

COSTA, Fernanda Maria Matos da. **A morte e o morrer em Juiz de Fora: transformações nos costumes fúnebres, 1851-1890**. Orientador: Alexandre Mansur Barata. 2007. 145 f. Dissertação

(Pós-graduação) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 145 p. 2007.

CURY, Sammya. Cemitério Père-Lachaise, um museu a céu aberto. **Simplemente Paris**, c2018. Disponível em:

<<https://www.simplesmenteparis.com/cemiterio-pere-lachaise-um-museu-a-ceu-aberto/>>.

Acesso em: 6 de junho de 2023.

DESCUBRA os 5 cemitérios antigos mais famosos do Brasil! **Funeral Sul**, 04 de julho de 2019.

Disponível em:

<<https://www.funeralsul.com.br/descubra-os-5-cemiterios-antigos-mais-famosos-do-brasil/>>.

Acesso em: 20 de abril de 2023.

ESPÓSITO, Susana. Historia del Cementerio de Recoleta. **Cementerio Recoleta**, c2023.

Disponível em: <http://www.cementeriorecoleta.com.ar/historia_cr.htm>. Acesso em: 14 de junho de 2023.

FUCHS, Felipe. **Espaços de cemitério e a cidade de São Paulo**. Orientador: Eugenio Fernandes Queiroga. 2019. 236 p. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em:

<<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16135/tde-07112019-092231/en.php>>.

Acesso em: 15 de março de 2023.

_____. Sobre a tipologia de espaços fúnebres cemiteriais. **Paisagem e Ambiente**, [S. l.], v. 32, n. 48, p. e183969, 2021. Disponível em:

<<https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/183969>>. Acesso em: 28 de abril de 2023.

GRASSI, Clarissa. Política e poder na necrópole: uma prosopografia do Cemitério Municipal São Francisco de Paula. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA & POLÍTICA - Releituras contemporâneas: o Brasil na perspectiva das Ciências Sociais, 6., 2015, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2015. p. 1-18.

INDOVINA, Francesco. O Espaço Público: tópicos sobre a sua mudança. **Cidades, comunidades e territórios**, Lisboa, n. 5, p. 119-123, dez. 2002.

JUIZ DE FORA, Prefeitura Municipal de. **História da cidade**. Juiz de Fora, c2021.

LE CIMETIÈRE du Père-Lachaise, un panthéon à ciel ouvert. **Paris**, site officiel de la Ville de Paris, 21 de junho de 2021. Disponível em:

<<https://www.paris.fr/pages/cimetiere-du-pere-lachaise-un-pantheon-a-ciel-ouvert-17726>>.

Acesso em: 5 de junho de 2023.

MAGAZ, María del Carmen; ARÉVALO, María Beatriz. El cementerio de la Recoleta: atractivo turístico de la Ciudad de Buenos Aires. **Signos Universitarios**, Buenos Aires, v. 12, n. 24, p. 27-42, 1993.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. Tradução de Neil R. da Silva. 4° ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 741 p.

NARCISO, Carla Alexandra Filipe. Espaço público: ação política e práticas de apropriação. Conceito e procedências. **Estudos e pesquisas em psicologia**, v. 9, n. 2, p. 265-291, 2009.

O CAMPANÁRIO. **[Cemitérios Patrimoniais]** Cemitérios enquanto Patrimônio Cultural: Introdução, Simbologia, Debates. Novo Hamburgo: O campanário, 6 abr. 2021. 1 vídeo (1 h 2 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DiX5f8aoAcc&list=PLh6MFAXeNn6JxmUA4CBoUS6oSjilOIS87&index=1>>. Acesso em: 25 de abril de 2023.

O CAMPANÁRIO. **[Cemitérios Patrimoniais]** Aula 02: Debate sobre o tema. Novo Hamburgo: O campanário, 20 abr. 2021. 1 vídeo (1 h 7 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=q7Vt2GHCHhY&list=PLh6MFAXeNn6JxmUA4CBoUS6oSjilOIS87&index=2>>. Acesso em: 25 de abril de 2023.

OLENDER, Mônica Cristina H. L. **Anti-restauro (estilístico): John Ruskin**. 2021. 64 slides.

PACHECO, Alberto. **Cemitério e meio ambiente**. 2000. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

REZENDE, Eduardo Coelho Morgado. **Cemitérios**. São Paulo: Editora Necrópolis, 2007.

RIBEIRO, Edson Luiz. Cidade de Juiz de Fora – 1865 a 1900. **História Ilustrada de Juiz de Fora**. Juiz de Fora, 3 de abril de 2023. Disponível em: <<https://jfhistoria.wordpress.com/2023/04/03/cidade-de-juiz-de-fora-1865-a-1900/>>. Acesso em: 3 de julho de 2023.

_____. Curato e Distrito de Santo Antônio do Juiz de Fora – 1812 a 1850. **História Ilustrada de Juiz de Fora**. Juiz de Fora, 28 de janeiro de 2023. Disponível em: <<https://jfhistoria.wordpress.com/2023/01/27/distrito-de-santo-antonio-do-juiz-de-fora/>>. Acesso em: 3 de julho de 2023.

_____. Cidade do Parahybuna – 1856 a 1865. **História Ilustrada de Juiz de Fora**. Juiz de Fora, 31 de janeiro de 2023. Disponível em: <<https://jfhistoria.wordpress.com/2023/01/31/9-cidade-do-parahybuna-1856-a-1864/>>. Acesso em: 3 de julho de 2023.

_____. Vila de Santo Antônio do Parahybuna – 1850 a 1856. **História Ilustrada de Juiz de Fora**. Juiz de Fora, 30 de janeiro de 2023. Disponível em:
<<https://jfhistoria.wordpress.com/2023/01/30/8-vila-de-santo-antonio-do-parahybuna/>>.
Acesso em: 3 de julho de 2023.

SILVA, Leandro Gracioso de Almeida e. **Memórias de um ofício: os marmoristas e o Cemitério Municipal de Juiz de Fora (1864-1974)**. Orientador: Fábio Vergara Cerqueira. 2016. 122 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto Social de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

VIANA, Fabrício Teixeira. **Monumentos, esculturas e espaço público: a imaginária urbana em Juiz de Fora/MG (1906-2016)**. Orientador: Antonio Ferreira Colchete Filho. 2017. 194 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído, Faculdade de Engenharia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

WERNECK, Carolina. Morte e vida de Curitiba no Cemitério São Francisco de Paula, o "Municipal". **Gazeta do Povo**, 29 de março de 2018. Disponível em:
<<https://www.gazetadopovo.com.br/viver-bem/comportamento/cemiterio-sao-francisco-municipal-conta-historia-de-curitiba/>>. Acesso em: 30 de junho de 2023.